

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 43

Data: 26 de Janeiro de 1987 Pg.: _____

Igreja e governo discutem hoje "Calha Norte"

190 Da Sucursal de Brasília

O relacionamento a Igreja e o Estado será um dos itens da pauta da reunião sobre o "Projeto Calha Norte" (ocupação econômico-militar ao longo de 6,5 mil km na faixa de fronteira norte do país), hoje, às 15h, no Ministério do Interior, com a presença do general Rubem Bayma Denys, ministro do Gabinete Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional, de Ronaldo Costa Couto, ministro do Interior e de d. Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Participarão também do encontro o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, o bispo do Xingu (MT) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Erwin Krautler, e também o coordenador de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (CTI/Mirad), André Villas Boas.

A Folha apurou que houve um estremecimento nas relações da Igreja com o governo em razão da expulsão, nos últimos três meses, dos missionários Egydio Schwad e Silvio Cavucens, respectivamente das áreas indígenas Waimiri-Atroari e Vale do Javari, no Amazonas. Além disso, a Igreja continua preocupada com o impacto que causará, nas comunidades indígenas dos Estados do Amazonas e Pará e dos territórios federais de Roraima e Amapá, a implantação do "Projeto Calha Norte", que deverá estar concluído em 1990 —segundo planos do governo. A apreensão da Igreja é ainda maior porque a atual administração da Funai rejeita a presença de missionários nestas áreas indígenas.

Demarcação de terras

Outro tema que deverá estar presente na reunião de hoje diz respeito às denúncias das regionais do Cimi de que a abertura de estradas

—necessidade imposta pela implantação do projeto— está atraindo de forma indiscriminada pessoas para a região. A Igreja está preocupada quanto aos efeitos do contato desordenado com os povos indígenas e ainda com o caráter sigiloso dos projetos de militarização da Amazônia.

A demarcação das terras indígenas na faixa de fronteira também vem causando impasse entre a Igreja e o governo, e deverá ser discutida no encontro. Segundo apurou a Folha, cerca de cinquenta áreas indígenas não tiveram sua demarcação regularizada em razão da contradição entre as propostas das comunidades indígenas —apoiadas pela Igreja— e as do governo. Dos cinquenta processos relativos às áreas, já aprovados pelo grupo interministerial (criado pelo decreto 88.118/83), quase a metade está dependendo de uma decisão do Conselho de Segurança Nacional.



Ministro Rubem Bayma Denys

Matute Mayezo - 19.Abr.85